

Quinta-feira, 7 de Julho de 2005 - Estrasburgo

Direitos do Homem na Etiópia

Ana Maria Gomes (PSE). - Não, Senhor Presidente, lamento dizer que não é na qualidade de autora que faço esta minha intervenção, mas como membro deste Parlamento e como chefe da missão de observação eleitoral da União Europeia na Etiópia, numa eleições que permitiram a expressão das forças da oposição e de toda a sociedade etíope, como nunca antes, o que deve ser levado a crédito do Primeiro-Ministro Meles Zenawi. A observação internacional, em que a nossa missão foi a mais importante em termos de dimensão e investimento profissional, foi decisiva para instilar confiança no processo aos eleitores e, por isso, eles acorreram em massa e mais de 90% votaram. A delegação enviada por este Parlamento sentiu os aplausos repetidos desses eleitores quando faziam fila no dia 15 de Maio e é por isso que a missão eleitoral da União Europeia sente uma pesada responsabilidade. O povo etíope não deve ser defraudado nas suas expectativas por resultados genuínos nas eleições e não o será com a colaboração desta missão.

Ninguém pode hoje afirmar saber quais são os resultados eleitorais, porque o processo se complicou seriamente na fase da contagem, tabulação e agregação. Aos atrasos na publicação dos resultados somou-se uma profusão de queixas de todos os partidos, incluindo o governamental. Inquietações sociais derivadas desses atrasos e queixas estiveram na origem dos acontecimentos dramáticos de 6, 7 e 8 de Junho, sobre os quais a missão tomou imediatamente posição pública. Urgimos, então e agora, um inquérito independente; urgimos ao governo, especificamente, a libertação dos presos em violação das garantias constitucionais e dos direitos humanos, a liberdade de actuação para candidatos eleitos e outros representantes da oposição e defensores dos direitos humanos, a liberdade dos meios de comunicação social oficiais e o acesso aos mesmos pelos representantes da oposição; urgimos também, então e agora, à oposição que se afaste, desencoraje e ajude a desarticular quaisquer tentativas de manifestações ou apelos à insurreição ou quebra da legalidade constitucional ou atijamento de conflitualidades interétnicas que, finalmente, só serviriam quem não tem interesse em que se apurem os resultados genuínos do voto popular e, por isso, quem não hesitaria em lançar mão de todos os pretextos para forçar a rotura do processo eleitoral, arriscando até lançar o país numa espiral de violência e no caos económico e político; urgimos ambos, governo e oposição, a cumprir escrupulosamente o acordo de 10 de Junho, patrocinado pelos principais doadores, incluindo os Estados-Membros da União Europeia, com vista ao esclarecimento das queixas.

E, aqui, presto tributo ao representante da Comissão, que teve e está a ter um papel magnífico neste trabalho em Adis-Abeba. A nossa missão reestruturou-se para corresponder ao pedido de ambas as partes para observar esse processo de investigação das queixas e, por isso, na próxima semana, eu estarei de novo em Adis-Abeba.

Quinta-feira, 7 de Julho de 2005 - Estrasburgo

Concluo, Senhor Presidente, dizendo que a situação é extremamente frágil e muito, muito perigosa. O risco de guerra civil não é retórico. Acabo de receber notícias segundo as quais a principal força da oposição anunciou esta manhã retirar-se do processo de investigação de queixas por alegadas obstruções aos seus representantes. Por isso, quaisquer manifestações de interesse pelo processo etíope, por mais construtivas e legítimas que sejam, como o é certamente esta iniciativa do Parlamento Europeu, podem ser mal interpretadas ou prestar-se a serem malevolamente utilizadas por aqueles que têm interesse em provocar a rotura do processo de democratização da Etiópia.

A minha função como chefe da missão de observação eleitoral não acabou. É independente e ainda não acabou. Por isso, peço ao Parlamento que compreenda que eu entenda dever ser meu dever não participar na votação desta resolução.